

IV Programa Latino-Americano em Governabilidade, Gerência Política e Gestão Pública
FGV/CAF

Projeto Final

Cultura e Economia Criativa

Alexandre Rebêlo Ferreira
Stefanie de Arruda Crivelaro
Susana Cristina Gomes Maia Gottschalk

CULTURA EM RECONEXÃO: SUPORTE AO TEATRO E MÚSICA AO VIVO NA REABERTURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

1. CONTEXTO

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a pandemia do novo coronavírus - COVID-19. A partir de então, diversos foram os impactos ao redor do mundo em decorrência da doença, no âmbito econômico, social, político, jurídico, organizacional e em todos os setores da sociedade, com destaque para a cultura e para a indústria criativa. O impacto da COVID-19 na cultura não é apenas imediato, ressaltando uma situação já crítica, mas se estenderá no tempo, assim como alterará a forma como as pessoas a consomem a partir desse momento.

No curto prazo, os trabalhadores da área da cultura e da indústria criativa enfrentam dificuldades diversas, tendo em vista que, em razão das medidas sanitárias e das políticas públicas de isolamento social, os museus, galerias, cinemas, teatros, festivais, espaços de

shows e apresentações, livrarias, exposições e ambientes onde estão concentradas as atividades culturais estiveram por meses totalmente fechados e passam por processo de gradual reabertura, porém enfrentando uma série de restrições de capacidade ocupacional. Diante desse cenário, muitos destes locais correm risco de fechar definitivamente, por ausência de recursos para sua manutenção.

Com isso, muitos tiveram que buscar por soluções econômicas alternativas, museus passaram a organizar e oferecer cursos e palestras online, cinemas voltaram a apostar no “drive in”, exposições foram realizadas por mídias digitais, as “lives” musicais passaram a fazer parte do dia-a-dia do brasileiro e se tornaram uma de suas principais formas de entretenimento durante o isolamento. Entretanto, muitos trabalhadores da área perderam seus empregos e muitos artistas se viram, repentinamente, sem sua fonte de renda principal, dependendo diretamente de políticas públicas de auxílio emergencial.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), “o setor cultural ocupava, em 2018, mais de cinco milhões de pessoas entre formais e informais, representando 5,7% do total de ocupados no Brasil”. Mais além, “pesquisas estruturais econômicas feitas com base em uma amostra de empresas dentro de um universo menos que o Cadastro Central de Empresas, mas que consideram o volume da economia criativa, estimaram que havia, em 2017, 223.400 empresas associadas, direta ou indiretamente, ao setor cultural, que ocuparam 1.7 milhão de pessoas formais e geraram uma receita líquida de cerca de 539 milhões de reais”. O setor cultural corresponde a parcela do PIB brasileiro que varia de 1% a 4%^[1].

Em razão do distanciamento, todos ficaram mais conectados, de modo que as tecnologias passaram a exercer um papel mais relevante e mais presente no dia-a-dia dos cidadãos. Nosso “novo normal”, passada a crise sanitária, estará cada vez mais próximo dos recursos digitais, do contato virtual, das relações não necessariamente presenciais, das modalidades à distância, dos espaços livres. Tal tendência também será vista na cultura, no âmbito do patrimônio e das artes, que serão, cada vez mais, difundidas remotamente e também, na indústria criativa, em relação às mídias e criações funcionais.

Mais além, a pandemia evidencia mais ainda a desigualdade e os limites do acesso à cultura no Brasil. Para a maioria das crianças e adolescentes, o contato mais próximo que têm com as manifestações culturais se dá, em geral, por intermédio das escolas ou em grupos organizados em suas comunidades para o desenvolvimento de atividades de arte, teatro, música e outras produções, por exemplo, com as iniciativas “Solos Culturais”, “Imagens do Povo”, “Rio em Rede”, “Orquestra de Paraisópolis”, “Ballet Paraisópolis”, dentre tantas outras^[2].

Isso resulta, também, da grande defasagem de investimento no setor cultural e da falta de comprometimento com a cultura por parte do Estado. O governo atual, ainda no período das eleições, ameaçava acabar com o Ministério da Cultura. Eleito, prosseguiu com tais ameaças e, ainda, no primeiro ano de mandato, “ameaçou extinguir a Ancine (Agência Nacional do Cinema), esvaziou a Lei Rouanet (Lei de incentivo à cultura), além de cancelar editais em razão do conteúdo de filmes produzidos^[3] e de nomear indivíduos não capacitados para a gestão pública de uma pasta tão relevante para o patrimônio brasileiro. Mas tal desvalorização não é recente, Waldenyr Caldas afirma que “as políticas públicas nem sempre procuram contemplar todas as áreas da cultura. Em um país como o nosso, extremamente carente em saúde, educação e saneamento básico, é recorrente esse desinteresse pelo incentivo à cultura”^[4].

Evidente, portanto, a necessidade de elaboração e implementação de iniciativas apropriadas ao período histórico atual, tanto para, no momento, **assegurar a sobrevivência** dos trabalhadores da cultura, de seus locais de expressão e dos empreendimentos culturais, quanto para, futuramente, ampliar e disseminar o acesso à cultura, de modo que ela possa se **adaptar** à nova tendência mundial tecnológica e atingir cada vez mais um número maior de pessoas. Vale evidenciar, ainda, que as indústrias criativas também sofrerão adaptações e deverão estar mais correlacionadas entre si - a exemplo da relação entre o artesanato com o design e a moda.

2. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Uma das áreas que mais foi afetada com tal cenário de crise foi a das artes, especialmente a música ao vivo e o teatro. Isso porque tais atividades estão diretamente associadas a locais de aglomeração. Diversos festivais e shows foram cancelados, as produções teatrais automaticamente descontinuadas e os teatros correm grande risco de não conseguirem reabrir suas portas.

A aflição que ecoa de toda a classe artística é: como o teatro, a música e os festivais vão sobreviver a uma paralisação por tempo indeterminado? Diante do exposto, o problema que se apresenta é o seguinte:

Ante o cenário de crescente desinvestimento governamental no setor cultural, de que forma é possível preservar as atividades teatrais e musicais em um cenário inédito de crise decorrente da Covid-19 e como o Poder Público pode atuar para assegurar a sobrevivência dos

trabalhadores do setor, dos locais de desenvolvimento das artes e suas manifestações e garantir o investimento em tais atividades no futuro pós crise?

3. OBJETIVOS

O contexto de pandemia da Covid-19 traz, portanto, um desafio adicional de **preservação do capital imaterial da cultura e da economia criativa no país**. Esse desafio se traduz em um problema imediato, que trata da **sobrevivência** da música ao vivo e do teatro, atividades relevantes para a economia e especialmente suscetíveis aos impactos econômicos do momento, que podem desestabilizá-las de forma definitiva.

Nesse sentido, a tabela abaixo estrutura o objetivo geral e os seus desdobramentos em objetivos específicos que remontam ao contexto e à problemática apresentados:

Objetivo geral
Elaborar proposta de políticas e ações para preservar o capital imaterial da cultura e da economia criativa do país diante dos graves impactos e desequilíbrios decorrentes da pandemia da COVID-19.
Etapas do Estudo
<ol style="list-style-type: none">1. Reunir exemplos de ações governamentais e políticas de garantia à sobrevivência, durante a pandemia, da indústria das artes cênicas e música.<ol style="list-style-type: none">(i) Identificar boas práticas na experiência brasileira e comparada sobre (a) geração de renda (b) estímulo à criação e à produção nas cadeias de valor das artes cênicas e da música (“what works”).

2. Diagnóstico da situação e forças restritivas e impulsionadoras
3. Escolher uma Estratégia geral que oriente a intervenção
4. Elaborar proposta de adequação do arranjo institucional existente para fomentar a adaptação das indústrias das artes cênicas e da música no período subsequente ao pico da pandemia - “novo normal”.
 - (ii) Avaliar possibilidades de ação governamental direta, com subvenção e investimento público em programas direcionados à adaptação ao “novo normal”
 - (iii) Avaliar e propor ajustes no regime regulatório existente para fomentar e facilitar investimentos e trocas privadas de bens de cultura e economia criativa no “novo normal”
 - (iv) Propor soluções considerando (a) os desafios do arranjo federativo brasileiro, (b) a necessidade de fortalecer os laços comunitários em torno do patrimônio cultural e da economia criativa e (c) a variedade de origens e formas de expressão da economia criativa no Brasil, com processos históricos, realidades e desigualdades regionais determinantes.

4. Contextualização do Problema – Artes Cênicas (teatro/dança) e Música

O setor cultural já atravessava um período conturbado antes da pandemia atingir o território brasileiro em 2020. Além de estar inserido no contexto negativo de uma economia em crise, o setor vem sendo ativamente depreciado a partir de movimentos institucionais que buscam a sua desvalorização e para o desmonte das políticas públicas setoriais, principalmente com críticas aos patrocínios e arranjos de financiamento.

Em um breve histórico sobre o setor cultural no Governo Federal podemos verificar que uma das primeiras medidas do Governo Bolsonaro, em 2019, foi a extinção do Ministério da Cultura e sua substituição por uma Secretaria da Cultura, dentro do chamado Ministério da Cidadania. por meio do Decreto 9.674 de 02 de janeiro de 2019.

O Ministério da Cultura como pasta independente foi criado pelo governo Sarney, em 1985. Anteriormente à redemocratização, a cultura estava subordinada à educação, no Ministério da Educação e Cultura (de 1953 a 1985). Entretanto, quando Fernando Collor assumiu a presidência em 1990, extinguiu novamente o Ministério da Cultura criado pela

gestão anterior, transformando-o em uma Secretaria, vinculada diretamente à Presidência da República. Em 1992, com a posse de Itamar Franco, foi reinstaurado o seu status ministerial, o que perdurou até a tomada de posse de Jair Bolsonaro (com exceção para a breve tentativa de Michel Temes de fundir o Ministério da Cultura com o Ministério da Educação, tentativa esta que durou apenas 9 dias em razão de críticas da comunidade artística e intelectual).

Meses depois, no final de 2019, a Secretaria de Cultura foi transferida para o Ministério do Turismo, por meio do Decreto 10.107, de 06 de novembro de 2019. Sabe-se que a posição dos Ministérios é hierarquicamente superior à das Secretarias, que representam subseções dos Ministérios e, portanto, não têm orçamento específico a elas destinados e por ela controlados diretamente.

As competências e instituições associadas ao antigo Ministério da Cultura, entretanto, mantiveram-se idênticas na Secretaria de Cultura. Porém, além de reduzir o número de servidores da Secretaria, o Executivo realizou outras mudanças significativas nos sistemas de financiamento e prioridades da pasta, dentre elas, podemos citar:

- (i) A nova linha de subsídio da Caixa Econômica Federal – a Caixa conta com um projeto denominado Programa de Ocupação dos Espaços Caixa Cultural que seleciona projetos de diversas áreas culturais (teatro, música, artes visuais, cinema, etc.). No novo modelo instituído, foram criados novos filtros para a seleção de referidos projetos, como a elaboração de relatórios que contenham, por exemplo, o posicionamento político do proponente, uma análise do seu comportamento nas redes sociais e possíveis pontos de polêmica no projeto;
- (ii) A Agência Nacional de Cinema – Ancine – teve a composição do seu Conselho Superior - responsável por formular as diretrizes da política audiovisual - alterada, passando a ser composta por um número maior de integrantes do governo do que nomes do próprio setor do audiovisual;
- (iii) O corte de 43% (quarenta e três por cento) no Fundo de Audiovisual (FSA);
- (iv) A conhecida Lei Rouanet teve seu nome alterado para Lei Federal de Incentivo à Cultura, além da redução do valor máximo de captação por projeto inscrito de 60 (sessenta) milhões de reais para 1 (um) milhão de reais. Ademais, a quantidade de projetos por empresa (valor da carteira) também foi drasticamente reduzido de 60 (sessenta) milhões de reais para

10 (dez) milhões de reais e houve o aumento da porcentagem de ingressos gratuitos para as manifestações culturais cadastradas no programa, de 10% (dez por cento) para entre 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento), bem como a inclusão de determinação de que 10% (dez por cento) dos ingressos não podem custar mais do que 50 (cinquenta) reais.^[5]

Nos anos passados, em que os preços das commodities estavam em alta, a China com forte demanda por produtos da mineração e do petróleo, havia um cenário de maior investimento destes setores na cultura no Brasil. Mas ao longo dos anos foram sendo diminuídos os valores, como podemos verificar no quadro abaixo.

Outras estatais, como Correios e BNDES também reduziram sua participação no fomento à cultura.

A crise econômica, que agravou as contas fiscais, pôde ser sentida na empregabilidade. Segundo o mapeamento da indústria criativa do Brasil elaborado pela Firjan Senai em 2019, a variação de empregos formais dos setores culturais: artes cênicas e música, tiveram uma queda de 7,8 e 7,6, respectivamente, entre os anos de 2015 e 2017.

Os setores das artes cênicas e da música possuem um número grande de profissionais que trabalham nos bastidores, para além dos artistas e dançarinos que são vistos no palco, tais como: produtores, diretor geral, diretor de cena, figurinistas, técnicos de som, imagem e luz, maquiadores, contrarregras, cenógrafos, aderecistas, divulgadores, bilheteiros, coreógrafos, entre outros.

Muitas vezes são profissionais que dependem da demanda por trabalho para serem remunerados, tendo uma variação em sua remuneração ao longo do tempo e uma instabilidade em relação às garantias trabalhistas.

Apesar da herança cultural rica e variada, o consumo das expressões de arte pelos brasileiros é baixo. Fato este que possivelmente, se dá por influência de diferentes fatores como: falta de recursos para pagar por ingressos; diminuição de saídas por medo da violência; falta de interesse por atividades culturais; escolaridade baixa que dificulta o entendimento dos espetáculos; baixo conhecimento intelectual, apesar da classe social; concentração dos espaços culturais em bairros centrais; falta de estímulo familiar; priorização pelo uso da TV e mais recentemente, de streaming, através de smartphones, computadores ou smart-TVs.

Ao analisar uma visão macro do assunto, percebe-se que existe a falta do entendimento que o consumo de bens culturais se interliga com a educação. Isto porque o estímulo à criatividade auxilia na criação de repertório de vida, ao melhorar vocabulário, aprender novos conteúdos e, até mesmo em campos da subjetividade, ao “se enxergar” no outro.

É preciso compreender que o desempenho na educação não se concentra no acesso a instituições de ensino. O nível sócio-cultural do ambiente familiar é parte integrante do ensino, pois quando uma pessoa convive com pessoas com conhecimento abrangente em diferentes áreas da vida, é mais fácil aprender, ou seja, a vivência é essencial para a dinâmica do aprendizado.

A forma como os espetáculos são divulgados podem privilegiar segmentos ou idades específicas da sociedade, pelo fato de não serem plurais na sua linguagem. Com isso, perde-se a oportunidade de atuar na promoção para um maior público.

Os governos são direcionadores de políticas culturais, com a mudança partidária no poder, podem influir para a descontinuidade de políticas públicas de acesso e difusão cultural, ao mudar tanto a forma da política quanto seus atores.

Para finalizar esta contextualização do problema, apresentam-se aspectos relevantes da pesquisa sobre manifestações culturais, realizada pela consultoria J Leiva no ano de 2017 nas seguintes capitais brasileiras: Belém, Manaus, Fortaleza, São Luís, Recife, Salvador, Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre:

- Dos entrevistados, referente a música, 22% nunca foram a um show de música, 46% foram nos últimos 12 meses e 32% foram há mais de um ano atrás.
- Em espetáculos de dança, 33% nunca foram, 34% foram nos últimos 12 meses, e 33% foram há mais de um ano atrás.
- No teatro, 37% nunca foram, 31% foram nos últimos 12 meses, e 32% foram há mais de um ano atrás.
- Em torno de um terço dos entrevistados foram no máximo em duas atividades culturais nos últimos 12 meses.
- Música é a atividade cultural mais praticada pelos próprios entrevistados e com mais interesse em frequentar.
- Quanto maior a escolaridade, maior a frequência nos últimos 12 meses e menor o número de quem nunca foi:
 - o Shows de música – nunca foram 41% daqueles que possuem ensino fundamental, 20% ensino médio e 5% nível superior. Aqueles que foram nos últimos 12 meses, os dados são, 29%, 46% e 67%, respectivamente.
 - o Dança - nunca foram 52% daqueles que possuem ensino fundamental, 32% ensino médio e 14% nível superior. Aqueles que foram nos últimos 12 meses, os dados são, 24%, 34% e 47%, respectivamente.

- o Teatro - nunca foram 58% daqueles que possuem ensino fundamental, 38% ensino médio e 11% nível superior. Aqueles que foram nos últimos 12 meses, os dados são, 17%, 27% e 55%, respectivamente.
- Quanto maior a classe social, maior é a frequência das atividades culturais nos últimos 12 meses:
 - o Shows de música – 72%, 57%, 41% e 26%, nas classes A, B, C e D/E, respectivamente.
 - o Dança - 51%, 43%, 31% e 21%, nas classes A, B, C e D/E, respectivamente.
 - o Teatro - 62%, 43%, 21% e 14%, nas classes A, B, C e D/E, respectivamente.
- Algumas categorias de frequentadores são mais usuais em frequentar espaços culturais: funcionários públicos, empresários e estudantes.
- Em torno de 60% daqueles entrevistados foram a até cinco atividades nos 12 meses anteriores, mas as atividades mais buscadas são ler livros e ir ao cinema.
- Existe um hiato entre o interesse de ir a um show de música, ao teatro ou à dança, e a capacidade de acesso. Seguem os números respectivamente: shows de música 64% e 46%; teatro 58% e 31%; e dança 53% e 34%, respectivamente.
- Quanto maior a classe social maior é o acesso aos bens culturais, independente do setor.
- As religiões que mais frequentam os shows de música, dança e teatro, são os espíritas, aquelas de matriz africana e os que não possuem religião, em contraponto aos evangélicos e católicos. E os católicos são aqueles que menos praticam algo ligado à arte.
- Em auto-determinações de cor de pele com o acesso às atividades: nos shows de música e dança, os pretos levam uma pequena vantagem em relação aos outros; e no teatro são brancos que são os maiores frequentadores.

Sendo assim, fatores ligados à classe social, escolaridade e religião são aqueles que influenciam mais a utilização dos bens culturais, segundo esta pesquisa.

Além do cenário de crescente desinvestimento por parte do Governo e seus órgãos, como verificado, e dos dados apresentados pela pesquisa que confirmam que as artes têm alcance limitado, a pandemia de COVID19 trouxe ainda mais problemas para o setor, principalmente quando o foco é no teatro, nos festivais e na música.

Estima-se que cerca de 8.141 eventos foram cancelados, gerando prejuízo de cerca de 442 milhões de reais (levantamento da conferência mundial SIM São Paulo^[6]) e que em meados de maio mais de 100 pessoas foram demitidas de museus e teatros do RJ e SP como

o SESI-SP, o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) e o Museu de Arte Moderna do Rio. Vale lembrar que com a flexibilização das medidas de isolamento social nos grandes centros, shoppings, lojas e restaurantes tendem a reabrir, mas os teatros e espaços de show não têm previsão para tanto. Além disso, de acordo com o IBGE, 44% (quarenta e quatro por cento) dos trabalhadores da cultura trabalham de forma autônoma e sem renda fixa, bem como costumam fazer jornadas duplas ou triplas em diferentes espetáculos e shows para conseguirem se manter^[7].

Com isso, o que tem mantido o setor cultural e seus trabalhadores são, em geral, as iniciativas coletivas e filantrópicas, como vaquinhas virtuais e projetos como “A Nossa Música”, criado pela pianista e compositora Júlia Tygel, por meio do qual as pessoas podem encomendar uma música que será composta e depois performada em vídeo por artistas que fazem parte da iniciativa; ou a ONG Plano Sequência, criado pelo diretor de fotografia Azul Serra, que permite comprar imagens autorais a partir de R\$ 250,00^[8].

Por fim, foi sancionada, em 29 de junho de 2020, a chamada Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017/20), que prevê o pagamento de auxílio de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais para artistas informais, a fim de auxiliar profissionais e organizações culturais que perderam sua fonte de renda em razão da pandemia.

A Lei estabelece o repasse de recursos financeiros da União para os estados, Distrito Federal e municípios de três bilhões de reais, destinados principalmente para: (i) pagamento de renda emergencial aos trabalhadores da cultura em três parcelas de R\$ 600,00; (ii) subsídio mensal para a manutenção de micro e pequenas empresas e de organizações comunitárias culturais, bem como de espaços artísticos com suas atividades paralisadas; e (iii) realização de ações de incentivo à produção cultural.

Dos recursos disponibilizados, 50% (cinquenta por cento) será destinado aos estados e Distrito Federal – dos quais 80% (oitenta por cento) será repassado aos estados em proporção ao tamanho de sua população e os demais 20% (vinte por cento) seguem os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal. Os outros 50% (cinquenta por cento) serão de titularidade dos municípios e do DF, com divisão semelhante à estabelecida pelos estados.^[9]

Importante evidenciar que para se beneficiar de tais recursos é preciso que o artista e/ou os espaços, pequenas empresas e organizações precisam se inscrever em uma plataforma e cumprir os requisitos estabelecidos pelo texto legal.

5. Como o problema é tratado em outros contextos?

Importante verificar como outros países e o Brasil estão lidando com o problema apresentado, especialmente as medidas que estão sendo implementadas para manter e incentivar as artes visuais e a música durante e após a pandemia.

A União Europeia é um exemplo significativo de medidas adotadas com vistas a tal objetivo. A Comissão Europeia, a fim de complementar e dar suporte às ações dos Estados Membros, adotou medidas para conter os impactos do coronavírus no setor cultural e na indústria criativa.

Uma das iniciativas são as medidas de auxílio estatal temporário, que consiste no auxílio assegurado aos Estados Membros para compensar empresas pelos danos sofridos em razão de e diretamente causados pelo COVID. Além disso, os Estados Membros podem oferecer suporte financeiro aos consumidores que forem atingidos por eventos cancelados ou por ingressos que não foram reembolsados pelos operadores.

Outra iniciativa é o suporte para mitigar os riscos de desemprego em um cenário de emergência, por meio do qual os Estados Membros terão acesso a até cem bilhões de euros para auxiliar trabalhadores a manterem sua renda e empresas a manterem suas atividades. Trata-se de uma linha de crédito para cobrir dois tipos principais de custos: aqueles diretamente relacionados à criação ou extensão de trabalhos de curto-prazo, e os custos com trabalhadores autônomos.

Ressalta-se, ainda, a criação de plataformas de compartilhamento de conhecimento criadas para auxiliar as pessoas do setor cultural e da indústria criativa a trocarem suas experiências e soluções, bem como para cooperarem e criarem soluções inovadoras em conjunto.

Em geral, as iniciativas giram em torno de reforçar as ligações entre os Estados Membros e formar redes e plataformas da indústria criativa, por meio de encontros virtuais, manifestações artísticas que ocorreriam presencialmente transferidas para o ambiente online, auxílio monetário, cooperação e financiamentos adicionais tanto por particulares como pelos governos, além de manutenção de ingressos para eventos culturais adquiridos pelos cidadãos por períodos superiores a um ano.^[10]

Alguns países, como a Áustria, determinaram o relaxamento de taxas cobradas do setor, bem como a redução ou adiamento das contribuições de seguridade social para os trabalhadores autônomos. Em razão dos números controlados de infectados, em 15 de maio,

os museus, livrarias e arquivos já retomaram suas atividades e a partir de 29 de maio eventos com até 100 pessoas foram liberados.

Na Alemanha, o governo federal estabeleceu um programa de auxílio destinado a trabalhadores autônomos e microempresas de mais de 50 bilhões de euros, além de auxílio imediato fornecido pelos estados (especialmente para *freelancers*). Ademais, garantiu auxílio financeiro para organizadores de eventos culturais que foram afetados pelo cancelamento dos eventos em razão do vírus. Também foram reembolsadas aos trabalhadores as contribuições para seguridade social e garantidos benefícios fiscais (reduções ou adiamentos).

Países como a Grécia voltarão a organizar shows ao vivo a partir de 15 de julho de 2020 com as seguintes regras: os eventos devem ocorrer apenas em espaços abertos, com manutenção de distância mínima entre as pessoas (sejam sentadas ou em pé), observado o limite de 40% da ocupação, o palco deve estar localizado a, pelo menos, 3 metros de distância da primeira fileira de espectadores, seja recomendado o uso de máscaras e disponibilizado álcool em gel para o público e que sejam criados e observados protocolos específicos para entrada e saída do público e também para maquiagem, cabelo, equipamentos e vestiários.

Na França, foi criado um fundo solidário de 1 bilhão de euros, o Estado foi mobilizado para garantir o setor cultural, foram assegurados os benefícios dos seguros saúde, a manutenção de empregos, o repagamento antecipado de créditos resultantes de impostos, a não aplicação de multas por atraso de pagamento nos contratos públicos, o adiamento de alugueis e das contas de água, energia e gás.

No setor musical, foi criado um fundo de suporte com um orçamento de 11.5 bilhões de euros, composto por: (i) auxílio de 8 mil euros para pequenos negócios, empresas de pequeno e médio porte; (ii) possibilidade de aumento deste auxílio até 11.500 euros para artistas cujos cachês não foram pagos em razão do cancelamento de uma ou mais performances; e (iii) reserva 5% dos valores pagos para um fundo de solidariedade em favor de autores e compositores. No setor teatral, especialmente o privado, foi assegurado um auxílio de 5 milhões de euros.

Na Itália, a partir de 15 de junho, performances e shows voltaram a ser realizados, desde que mantida a distância mínima entre as pessoas, em locais fechados para até 200 espectadores e em lugares abertos para até 1000. Além disso, o governo garantiu auxílio monetário para artistas e trabalhadores do setor cultural, suspendeu o pagamento de impostos e taxas, criou fundos emergenciais para artes visuais e forneceu recursos para o desenvolvimento de plataformas digitais voltadas para as artes.

O Conselho da Cultura e das Indústrias Criativas, órgão ligado ao Ministério da Cultura e do Desenvolvimento do Conhecimento dos Emirados Árabes Unidos, lançou também um programa específico para suporte à economia criativa no contexto da pandemia. Trata-se de um auxílio financeiro destinado tanto a indivíduos quanto a empresas do país que desenvolvam atividades na cultura ou na economia criativa e que tenham sofrido com perdas de receita e cancelamentos de contratos entre abril e junho de 2020^[11].

O Ministério da Cultura da Tunísia desenvolveu um programa de suporte à cultura organizado em duas etapas^[12]. A primeira, focada na subsistência, garantiu a liberação de recursos aos artistas e organizações culturais na fase mais aguda da pandemia. A segunda, após o período mais crítico, tem como foco a liberação de recursos para assegurar a retomada das atividades e o novo desenvolvimento do setor cultural.

No México, a Secretaria de Cultura do governo federal desenvolveu a plataforma digital “Contigo en la Distancia”, que reúne um espaço cultural de livre acesso a peças de teatro e apresentações musicais, além de concentrar editais específicos relacionados ao período^[13]. Os editais “Teatro en casa en tiempos del COVID-19” e “Dramaturgia del confinamiento” são exemplos de editais lançados para subsídio e suporte às artes cênicas e cultura durante a pandemia^[14].

No Brasil, apesar das dificuldades apresentadas no contexto federal, algumas iniciativas subnacionais de suporte à cultura e à indústria criativa ganharam destaque ao longo dos últimos meses. Uma delas é o programa Conexão Cultura, promovido pelo Governo do Estado do Maranhão para suporte a artistas locais de gêneros variados^[15]. Além do suporte geral, a iniciativa busca ainda reduzir parte do considerável custo de oportunidade dos artistas locais diante do cancelamento das festividades do São João, época com diversos eventos que movimentam as apresentações musicais no estado^[16]. De forma similar, a Prefeitura de Araraquara (SP), criou edital para fomento a produção artística no formato de vídeos, incluindo categoria específica de suporte ao teatro^[17].

6. ATORES RELEVANTES (STAKEHOLDERS) E INTERESSES RELACIONADOS

Stakeholders	Características	Necessidades	Pontos de Atenção
Artistas beneficiários do programa e sociedade civil:	Média influência e alto interesse	Apoio para sobrevivência e geração de renda em	Perda de renda por conta das restrições no contexto da

Entidades de classe e associações setoriais SECRASO/RJ Associação dos Produtores de Teatro do RJ - APTR/RJ Coletivos de Atores de Teatro diversos com atuação no RJ		contexto de profundo desequilíbrio no setor em função da pandemia	pandemia, representatividade setorial
Secretário Municipal de Cultura	Alta influência e alto interesse	Justificativa sólida para intervenção, prestação de contas e accountability direto	Atender demanda dos setores em crise, lidar com restrições orçamentárias e disputas pelos recursos existentes,
Conselho Municipal de Cultura	Alta influência e médio interesse	Justificativa sólida para intervenção, prestação de contas e accountability direto	Equilibrar disputas dos setores em crise, lidar com restrições orçamentárias e deliberar por uso efetivo dos recursos existentes, supervisionar aplicação
Gestores do Fundo Municipal de Cultura	Média influência e alto interesse	Justificativa sólida para intervenção, prestação de contas e accountability direto	Garantir uso correto do FMC, efetividade da política pública, responsabilização por desvios
Prefeito	Alta influência e	Ter intervenção que	Atender demanda

	baixo interesse	fortaleça a narrativa de reabertura responsável da cidade e suporte a setor em crise, narrativa de geração de renda e superação da pandemia	dos setores em crise, não ser responsabilizado por desvios de recurso do FMC, não ser responsabilizado pela abertura irresponsável de equipamentos públicos e exposição de professores ao coronavírus
Secretário Municipal de Educação	Alta influência e médio interesse	Capitalização política de valorização aos integrantes da rede pública de ensino, uso correto dos bancos de dados da secretaria,	Responsabilização por envolvimento em programa que exponha professores da rede pública ao coronavírus
Professores da rede pública municipal beneficiários e seus parentes	Média influência e baixo interesse	Facilidade no acesso à programação, garantia de espaço seguro para a família, não concorrer com horário de aula	Desvalorização da carreira, dificuldade no acesso à cultura, exposição ao coronavírus
Gestores dos espaços selecionados	Média influência e alto interesse	Respaldo técnico, integração e participação	Garantir a finalidade do equipamento, não ser penalizado por uso indevido e descumprimento de protocolos sanitários

Parlamentares ligados à cultura	Alta influência e alto interesse	Identificar a intervenção à agenda de seu mandato, aparecer como patrono e promotor da ação	Não capitalizar politicamente a ação de incentivo à cultura local
Secretário Municipal de Finanças	Alta influência e baixo interesse	Cumprimento da destinação do FMC e lisura na seleção	Desvio de recursos do FMC, quebra de regras fiscais
Tribunal de Contas	Alta influência e baixo interesse	Cumprimento da destinação do FMC e lisura na seleção	Desvio de recursos do FMC
Secretária Municipal da Saúde	Alta influência e baixo interesse	Cumprimento de protocolos sanitários	Responsabilização pela abertura irresponsável de equipamentos públicos

7. APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO DESEJADA - VISÃO DE FUTURO

Uma vez estabelecido o objetivo do presente projeto, qual seja, a preservação do capital imaterial da cultura e da economia criativa diante dos graves impactos e desequilíbrios decorrentes da pandemia da Covid-19 nos setores de artes cênicas e música, importante definir a situação final desejada com este projeto.

Considerando que tal preservação está diretamente relacionada à sobrevivência daqueles que foram mais afetados com a pandemia, ou seja, a salvaguarda de artistas menos conhecidos e famosos do setor e dos trabalhadores do setor cultural que se viram, repentinamente, sem sua única fonte de renda, como demonstrado anteriormente, é essencial vislumbrar uma alternativa que assegure a continuidade da arte e de sua profissão.

Fato é que os teatros e espaços de shows terão que se adaptar ao "novo normal", como tem sido feito nos países em que os índices de contágio pelo vírus já estão em patamares mais

controlados, por exemplo, com a redução da capacidade de ocupação dos espaços, o maior espaçamento entre as cadeiras para respeitar o distanciamento social, a realização de medidas de higienização mais rígidas e o uso obrigatório de máscaras.

Com a retomada das atividades culturais no Brasil, este projeto tem como propósito a retomada segura da realização dos eventos culturais do setor musical e de artes cênicas, com a valorização dos artistas e trabalhadores da cultura.

Para tanto, a visão de futuro está concentrada na utilização de espaços de shows e teatros no Município do Rio de Janeiro que estão obsoletos ou subutilizados para o fomento e a realização de eventos que tenham como atração principal artistas menos conhecidos -- e que, provavelmente, não conseguiriam, individualmente, reunir público e bilheteria suficiente para poder se apresentar em grandes espaços --, utilizando, para isso, produtores e trabalhadores do setor, também prejudicados, para a organização e realização dos eventos. Tudo isso se daria por meio de financiamento público e auxílio da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, do Governo Estadual e do patrocínio de empresas privadas que tenham interesse em fazê-lo.

A cidade do Rio de Janeiro foi selecionada considerando a importância do setor cultural para a economia local, a proximidade dos espaços selecionados do público-alvo, além da diversidade da cidade em termos de artistas e gêneros, o que torna a abordagem mais interessante. Ademais, a cidade já conta com uma estrutura em rede, por meio da Comissão Carioca de Promoção Cultural, o que é essencial para o desenvolvimento do projeto.

A fim de assegurar a valorização dos artistas e a adequada utilização dos espaços, o projeto engloba, também, a mobilização dos organizadores e dos entes da Administração Pública para ofertar condições e incentivar os moradores das comunidades carentes mais próximas a tais espaços a participarem dos eventos a serem realizados (por meio da oferta de ingressos a custo mais baixo ou eventual gratuidade, acesso por meio de transporte público, oferta de lanches, etc.), assegurando, conseqüentemente, um maior acesso à cultura.

Esta mobilização depende, igualmente, do contato e interface dos organizadores dos eventos com lideranças comunitárias, de modo que a informação chegue à população almejada e que sejam garantidas as condições que possibilitem sua presença nos eventos culturais a serem realizados.

8. FORÇAS IMPULSIONADORAS E RESTRITIVAS

O diagrama do Campo de Forças de Kurt Lewin, refere-se a uma lista de possíveis forças que podem atuar, tanto a favor como contrárias, a execução do projeto.

Forças Impulsionadoras:

- Recursos extraordinários disponíveis para a promoção de eventos culturais.
- Grande repercussão na mídia sobre as dificuldades de profissionais que trabalham nas artes: artistas e técnicos, do teatro, da dança e da música.
- Procura por eventos culturais após novos espectadores despertarem interesse, depois de ter a oportunidade de conhecer, através de *lives*, após o distanciamento social imposto pelas autoridades, para evitar o contágio do coronavírus.
- Liberação de todas as atividades culturais em teatros e espaços de shows e disputa por espaços.
- Visibilidade de companhias de teatro de projetos sociais, como Nós do Morro e Cia Teatro Transforma.

Forças Restritivas:

- Escassez de recursos para promover eventos culturais nos teatros.
- Grupos religiosos insatisfeitos com temas ligados a diversidade de gênero, e liberdade em pautas identitárias.
- Grupos conservadores na política fazem pressão contra expressões culturais que divergem com o conservadorismo de costumes.
- Manutenção de distanciamento social.
- Grande número de profissionais para atender e possibilidade de atingir um grupo menor.
- Necessidade de contratação de equipe especializada para a limpeza do local e manutenção de protocolos.
- Falta de interesse do público por artistas desconhecidos.
- Falta de verba para divulgação dos eventos.

9. PROPOSTA DE ESTRATÉGIA PARA A SOLUÇÃO

Este projeto de intervenção busca propor políticas e ações para preservar o capital imaterial da cultura e da economia criativa do país diante dos graves impactos e desequilíbrios decorrentes da pandemia da Covid-19. Para tanto, busca-se especificamente pavimentar o caminho institucional entre o quadro atual e a situação desejada na cidade do Rio de Janeiro. A solução proposta pretende impulsionar a transição entre o presente, em que a crise econômica

no contexto da pandemia afeta de forma direta e severa as atividades de música ao vivo e teatro, e a visão de futuro, em que a Cidade do Rio de Janeiro mobiliza recursos de forma efetiva para a geração de renda aos trabalhadores destes setores, preservando o capital imaterial ao mesmo tempo em otimiza redes existentes para oferta serviços públicos relevantes.

Para tanto, a intervenção proposta reforça a interconexão entre os pilares (1) geração renda, (2) uso capacidade instalada no serviço público e (3) otimização de redes já existentes dentro do próprio Estado. O primeiro pilar requer subvenção e gasto direto do governo para suporte aos artistas. O segundo busca reconectar o público com espaços de cultura que não só cumprem um papel essencial na formação crítica - objetivo essencial da política cultural -, como também precisarão de estímulos para que sejam ocupados novamente pela população quando da sua reabertura. O terceiro, por sua vez, busca utilizar redes já existentes no próprio estado, reforçando o foco em servidores públicos da educação e seus familiares tanto como forma de (a) gerar ganhos de sinergia ao alcançar um público já identificado e cadastrado pelo governo municipal, como (b) valorizar a educação pública, área que também enfrenta desafios estruturais no “novo normal”.

Busca-se, dessa forma, direcionar um roteiro possível para o suporte à cultura dentro do quadro institucional existente, em que ajustes incrementais ao alcance de um município importante no quadro nacional, pavimentam o caminho para a sobrevivência de um setor relevante. O projeto de intervenção pretende, por um lado, antecipar uma demanda futura, com abordagem pragmática e inclusiva sobre como trazer o público de volta a espaços ociosos, ao mesmo tempo em que lança visão interconectada para a oferta, com gasto público para apoio direto a artistas institucionalizado na forma de edital.

10. AÇÕES, ATIVIDADES E METAS NECESSÁRIAS PARA IMPLEMENTAR A ESTRATÉGIA

Em 15 de janeiro de 2020, o Município do Rio de Janeiro sancionou a Lei nº 6.708, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura do Município do Rio de Janeiro (SIMC), com o objetivo de articular políticas públicas de cultura no âmbito municipal, mediante mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federativos e a sociedade civil. Dentre os dispositivos de referida lei, foi incluído o Sistema Municipal de Financiamento à Cultura.

Como forma de regulamentar referida lei no que diz respeito ao sistema de financiamento nela previsto, em 28 de maio de 2020, foi sancionado o Decreto nº 47478, o qual instituiu o Fundo Municipal de Cultura - FMC, o qual tem como principal objetivo financiar

Políticas Públicas de Cultura do Município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais, em regime de colaboração e cofinanciamento com a União e Governo do Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o Plano Municipal de Cultura - PMC.

Nos termos do Decreto, o FMC apoiará e financiará programas, projetos e ações culturais, que farão jus a apoio financeiro, que serão selecionados preponderantemente através de editais de seleções públicas ou por qualquer outra forma admitida em lei. A composição financeira do FMC se dará através de recursos de pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado com ou sem fins lucrativos, para apoio compartilhado de programas, projetos e ações culturais, conforme autoriza a Lei nº 6.708, de 2020.

Diante disso, compreendidos o objetivo e a visão de futuro do presente projeto, uma das ações para implementação da estratégia aqui descrita consiste na elaboração dos termos principais de um edital de seleção pública, pela Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro, para a realização de eventos culturais em dois espaços selecionados, por meio do apoio financeiro do FMC e de pessoas jurídicas de direito privado.

O edital tem por objeto a realização, pela Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro, da seleção de projetos culturais a serem realizados no segundo e terceiro trimestres de 2021, considerando uma maior flexibilização na utilização dos espaços públicos de cultura do município e as adaptações necessárias para o novo modelo de apresentações, em razão dos cuidados para enfrentamento à COVID-19.

Os dois espaços para apresentações dos espetáculos teatrais e musicais onde serão realizados os eventos foram selecionados de acordo com quantidade de lugares disponíveis, dentre os maiores e a localização em bairros afastados um do outro. Isso proporciona uma maior abrangência do público convidado ter acesso a esses espaços. São eles: (i) o Teatro Municipal Carlos Gomes com 784 lugares, localizado na Praça Tiradentes, s/nº, Centro; e (ii) a Fundação Cidade das Artes com e 1.250 lugares na Grande Sala e 450 lugares no Teatro de Câmara, localizado na Avenida das Américas 5.300, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro.

A edição do edital deve estar de acordo com o Plano Municipal de Cultura do município, com o Sistema Municipal de Cultura e com o Fundo Municipal de Cultura, que conjuntamente formam o Sistema Municipal de Cultura.

Os recursos serão disponibilizados pelo FMC, em conjunto com patrocinadores pessoas jurídicas do setor privado, para cobrir os custos da realização dos eventos, como os custos com pessoal e estrutura, de forma a possibilitar que artistas de menor estatura e menos conhecidos possam se apresentar em grandes espaços, com grande público.

A fim de assegurar a presença do público, também serão utilizados recursos do financiamento objeto do edital para a bilheteria, de forma a disponibilizar 70% dos ingressos disponíveis, sem custo, aos profissionais da educação, familiares e alunos que trabalham e frequentam escolas públicas nas proximidades dos espaços selecionados. O corte de 70% foi pensado como forma de garantir a viabilidade do projeto, assegurando um público mínimo e suficiente para estimular os artistas que estão se apresentando, bem como a adequada ocupação dos espaços, além de manter os 30% restante dos ingressos disponíveis para serem adquiridos, a fim de que a receita de tais ingressos possa ser utilizada para a realização dos eventos e para arcar com eventuais custos que possam surgir além daqueles previstos inicialmente no orçamento.

Tal recorte foi realizado em razão de tais grupos já estarem previamente cadastrados nos sistemas governamentais, por já fazerem uso de serviços públicos municipais e estaduais, e assim, assegurar que o objetivo secundário de garantir um maior acesso à cultura possa ser de fato atingido, com a expansão da oferta cultural para parcelas sociais que usualmente têm menos contato com o setor.

Diante disso, o objeto do edital será a seleção pública de artistas entre os meses de fevereiro e março de 2021, para apresentações a serem realizadas entre os meses de maio a setembro de 2021. Período suficiente para ser elaborado um pequeno projeto contendo a descrição do proponente e qual o tipo e tema do espetáculo que será apresentado.

As áreas e os segmentos serão selecionados de forma a diversificar e atender diversos segmentos culturais e públicos, desde que os interessados estejam previamente cadastrados no Município como interessados para participarem da realização dos eventos. Serão selecionados artistas para realização de eventos dos seguintes segmentos:

- Música: música instrumental; coral; bandas; grupo de samba tradicional; cantores; grupo erudito; grupos populares;
- Teatro: monólogo; musical; infantil; stand-up; com grupo teatral (contemplando temas variados, como comédia, drama, musicais, infantil, crítica social);
- Espetáculos circenses; e
- Espetáculos de dança.

Será constituída uma comissão para seleção dos contemplados, constituída por: (i) representantes dos espaços de eventos selecionados; (ii) patrocinadores; (iii) representantes das instituições locais que serão favorecidas com os ingressos; (iv) representantes do Conselho Municipal de Cultura Municipal, através de membros da sociedade civil e do setor público; e (v) representante das classes artísticas. Desta forma, será garantida a variação dos

temas e tipos de apresentações, bem como assegurado o interesse nos eventos a serem realizados.

Os espetáculos ocorrerão entre os meses de maio a setembro, nas sextas-feiras à noite e domingos à tarde, para os convidados terem disponibilidade de comparecer sem influenciar no momento de trabalho dos profissionais convidados e familiares e na grade curricular dos alunos.

Serão utilizados como critérios de seleção dos projetos, em função dos objetivos estabelecidos por esse projeto e como forma de captar projetos sérios, com propósito e bem-estruturados, que atendam aos requisitos de inclusão, variedade de referências e temas e que valorizem a cultura brasileira e seus expoentes: (i) relevância conceitual e temática: concepção e argumentação que evidenciem importância histórica, cultural e artística; (ii) contribuição ao fortalecimento da diversidade cultural brasileira: diálogo com as mais diversas manifestações e/ou expressões das culturas populares; (iii) público alvo; (iv) público médio nas últimas apresentações realizadas, privilegiando artistas menores e com menos exposição; (v) viabilidade técnica: demonstração de capacidade de realização, de envolvimento de profissionais com notória especialização e da comprovação de gestão de recursos; (vi) democratização: propiciar a diferentes classes socioeconômicas igualdade de oportunidade de acesso ao projeto proposto; (vii) valorização local: priorizar projetos que tenham o município como principal referência (artistas, cultura, folclore, etc); (viii) memória artística e cultural, possibilidade de ações multidisciplinares, ineditismo, relevância conceitual e temática, além da contribuição ao fortalecimento da diversidade cultural brasileira.

Além disso, a programação deverá proporcionar ao público experiências interativas e transformadoras por meio de projetos que valorizem, inclusive, a responsabilidade socioambiental, a sustentabilidade, a diversidade e a inovação.

Dessa forma, busca-se desenhar uma intervenção que fortaleça essas atividades (teatro, música e dança), valorizando a cultura, ao mesmo tempo em que se concede oportunidade para diversos grupos. A escolha do público convidado ser os alunos e seus familiares e os professores da rede municipal de ensino contribui para a formação de público em setores com acesso restrito à cultura, com potencial de impacto em sua formação crítica. Cria-se também um canal de promoção das artes através dos professores e favorece o uso das artes em seu plano de aula. Esse é um exemplo de como uma política pública pode ser transversal a outros setores.

11. CUSTOS E CALENDÁRIO NECESSÁRIOS PARA IMPLEMENTAR A PROPOSTA DE SOLUÇÃO AO PROBLEMA

Os valores a serem utilizados para o desenvolvimento do projeto advém da verba governamental de R\$ 59.273.399,49 obtida através da renúncia fiscal do ISS realizada por empresas em favor da produção de projetos culturais.

Estima-se que os custos para desenvolvimento dos estudos prévios, elaboração do edital, montagem da equipe técnica, análise e seleção das propostas técnicas, contato com os selecionados para elaboração conjunta do calendário e temas dos espetáculos, seleção dos trabalhadores e seleção do público a ser beneficiado com a gratuidade do ingresso sejam em torno de R\$ 350.000,00.

Estima-se que os custos para a realização dos espetáculos, incluindo o auxílio aos artistas, contratação dos profissionais da cultura e de limpeza/manutenção que trabalharão nos eventos e ingressos a serem distribuídos sejam em torno de R\$ 3.000.000,00.

Abaixo o calendário estimativo desde os estudos prévios, a elaboração e publicação do edital e todas as etapas de organização e realização dos eventos:

Tarefa	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Estudos Prévios												
Projeto Base												

Elaboração do Edital												
Seleção da Comissão de Avaliação												
Período para Apresentação de Propostas												
Seleção das Propostas												
Elaboração do Calendário e Temas dos Espetáculos												
Seleção dos Trabalhadores												
Seleção dos Beneficiários da Gratuidade												
Espetáculos												
Análise de Resultados												
Realização de Pagamentos												

[1] Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2019-12-27/sob-ataque-de-bolsonaro-cultura-defende-seu-impacto-na-economia-com-receita-de-170-bilhoes-de-reais.html>

[2] Disponível em: <https://of.org.br/categoria/projetos/> e <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/projetos-sociais-em-paraisopolis/>

[3] Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2019-12-27/sob-ataque-de-bolsonaro-cultura-defende-seu-impacto-na-economia-com-receita-de-170-bilhoes-de-reais.html>

[4] Disponível em: <https://paineira.usp.br/aun/index.php/2018/12/20/cultura-no-brasil-tem-futuro-incerto/>

[5] Disponível em: <https://www.politize.com.br/secretaria-da-cultura/>
<https://www.politize.com.br/secretaria-da-cultura/>

[6] Disponível em:
<https://outraspalavras.net/outrasmidias/como-a-pandemia-atinge-o-mundo-da-cultura/>

[7] Disponível em:
<https://brasil.elpais.com/cultura/2020-05-30/pandemia-gera-cataclisma-na-cultura-e-artistas-pas-sam-fome-em-meio-a-falta-de-politicas-do-governo.html> - acesso em 06/07/2020

[8] Disponível em:
<https://brasil.elpais.com/cultura/2020-05-30/pandemia-gera-cataclisma-na-cultura-e-artistas-pas-sam-fome-em-meio-a-falta-de-politicas-do-governo.html> - acesso em 06/07/2020

[9] Disponível em:
<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2020/06/30/lei-aldir-blanc-entenda-pacote-de-r-3-bilhoes-p-ara-cultura-com-auxilio-de-r-600-para-artistas-informais.ghtml> - acesso em 06/07/2020

[10] Disponível em:
https://ec.europa.eu/culture/news/coronavirus-how-eu-responds-outbreak-support-cultural-and-creative-sectors_en

[11] Disponível em: <https://www.mckd.gov.ae/en/covid-19/financial-support/>

[12] Fonds Relance Culture: http://relance.culture.gov.tn/MC_FRC_Concept.pdf

[13] Disponível em: <https://contigoenladistancia.cultura.gob.mx/>

[14] Disponível em: <https://contigoenladistancia.cultura.gob.mx/lista/seccion/convocatorias>

[15] Disponível em: <https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=277207>

[16] Disponível em:
<https://cultura.ma.gov.br/2020/06/08/artigo-do-secretario-sao-joao-do-maranhao-por-meio-do-conexao-cultural-alternativa-eficiente-e-responsavel-em-tempos-de-pandemia/#.XwPPPSHkjiU>

[17] Disponível em:
<http://www.araraquara.sp.gov.br/noticias/2020/abril/13/cultura-lanca-edital-para-apoiar-artistas-durante-a-crise-do-covid-19>